

Poder Local

A 7ª Conferência Municipal de Saúde se constitui num momento privilegiado para avaliar e propor diretrizes para a política de saúde local. Tudo que for decidido pela Conferência, e pudermos implementar, será feito. A administração municipal pretende fazer tudo o que estiver ao seu alcance para respeitar a vontade dos conferencistas.

Uma conferência municipal deve ser entendida como um compartilhamento de decisões entre os diversos segmentos. É portanto, uma forma de democracia participativa que pretende envolver os atores locais. A capacidade de interferência desses atores é o que costumamos chamar de Poder Local.

Tanto os governantes locais quanto o Poder Local tem limites em sua atuação. Os limites dos governantes são estabelecidos pelos recursos de que dispõem para fazer obras e ampliar serviços. No Brasil, apesar da Constituição atual ter, teoricamente, ampliado o poder municipal e destinado cerca de 22% do total de impostos arrecadados no país para os municípios, as responsabilidades que foram repassadas às prefeituras são muitas. Esses recursos são insuficientes. Costumamos dizer que os governos estão tolhidos, limitados em sua governança, ou seja, em sua capacidade de governar.

O Poder Local, igualmente, tem limites. Nós, atores locais, que moramos no município podemos eleger nossos governantes, criar alguns tributos que nos são permitidos pela Constituição e também decidir sobre algumas diretrizes políticas setoriais – de saúde, educação, assistência social e trânsito, por exemplo, através dos Conselhos e das Conferências. Não podemos, no entanto, alterar as macropolíticas econômicas e de infra-estrutura e sofremos os seus reflexos: desigual distribuição de renda, falta de moradia adequada, problemas de saneamento básico, desemprego, violência, entre tantos.

Devemos aperfeiçoar a participação da sociedade nas decisões, estabelecendo diretrizes e prioridades reconhecendo os limites e explorando ao máximo as possibilidades do Poder Local, procurando ampliar a qualidade dos serviços públicos para os que mais precisam. E os que mais precisam nem sempre se fazem representar nesses fóruns decisórios, porque geralmente estão com suas energias consumidas na luta pela sobrevivência e não têm ânimo nem capacidade de organização.

Esta é a nossa expectativa para a 7ª Conferência Municipal de Saúde de Londrina: que decida, proponha, avalie e expresse a vontade e o interesse da maioria, tendo como prioridade a melhoria da qualidade e do acesso aos serviços de saúde para os londrinenses que hoje mais precisam dos serviços de saúde. Tenho certeza que a nossa Conferência vai cumprir este objetivo.

Silvio Fernandes da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Congresso discute formação de profissionais de saúde para o SUS

Será realizado de 16 a 19 de outubro, em Londrina, o 4º Congresso Nacional da Rede Unida. O evento é um dos mais importantes no campo da formação e desenvolvimento de profissionais de saúde para o Sistema Único de Saúde. O tema central do congresso vai discutir formas de "impulsionar movimentos de mudança na formação e desenvolvimento de profissionais de saúde para o SUS".

Paralelamente à programação de mesa-redonda e debate, serão realizados cursos e oficinas com temas que vão do planejamento estratégico à educação permanente em saúde, passando pelo fortalecimento dos movimentos populares.

Também faz parte da programação a apresentação de temas livres nos temas políticas públicas, educação em saúde, gestão, práticas de saúde, cidadania e participação social, situação de saúde e comunicação, avaliação, residência e especialização

em saúde da família e educação permanente.

Até a primeira quinzena de setembro, foram aceitos 166 trabalhos para apresentação em temas livres e a secretaria do evento havia registrado quase 200 inscrições de participantes de todo o Brasil. No entanto, os interessados ainda podem efetivar a inscrição pela internet (www.redeunida.org.br) ou nos dias do evento no Centro de Convenções do Hotel Sumatra. O valor da inscrição é de R\$ 180,00 e estudantes pagam 50%.

O 4º Congresso Nacional da Rede Unida é uma promoção da Rede Unida, Centro de Ciências da Saúde/UDEL, Secretaria Municipal de Saúde de Londrina, Conselho de Saúde da Região Sul de Londrina e Central de Investigação dos Centros Acadêmicos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia e Fisioterapia da UEL.

Mudança de número

A Gerência de Epidemiologia informa a mudança do número do BIP acionado durante plantões aos finais de semana (sábado e domingo das 8 às 20 horas). O número que era 430 048 passou para LD 612 – Central 322-3151. O serviço de plantão deve ser acionado em casos de

notificação de doenças transmissíveis, meningite, exantemáticas, dengue, coqueluche e difteria, entre outras. Através da notificação imediata, o serviço desencadeia ações de bloqueio com medicamentos ou vacinas conforme a doença notificada.

EXPEDIENTE

Prefeitura de Londrina
Nedson Micheletti
Prefeito

Silvio Fernandes da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Boletim Informativo da Saúde
Conselho Editorial

Adriana Granado, Ana Lúcia de Oliveira Felde, Carlos Henrique Santana, Mara Lúcia Rocha Ramos, Margaret Shimiti, Maria Luiza Iwakura, Nádia Souza Takemura, Selma Maffei de Andrade, Sidney Tanaka, Sérgio Vitório Canavese e Sonia Regina Nery.

Equipe de revisão técnica
Margaret Shimiti, Selma Maffei de Andrade e Reinaldo Zanardi

Comunicação Social/PML
Jornalista Responsável e Editor
Reinaldo Zanardi (MTB 3124)

Projeto gráfico
Carlos Roberto Ruiz

Editoração eletrônica
Vladimir Fernandes Farias

Fotografia
Luiz Jacobs e Arquivo ACS/PML

Colaboradores deste número
Rosângela Libanori, Lilian Poli, Jonilson Favareto, Josemari de Arruda Campos.

DIS: Rua Santa Catarina, 584 - CEP 86010-470
Fone: (0xx) 43 322-1893

E-mail: gerubs@asms.londrina.pr.gov.br
Londrina - Paraná

Impressão
ABA Gráfica
Tiragem: 2.500 exemplares
Apoio



Um serviço de fiscalização e controle

A Gerência de Ação Sobre o Meio, antiga Vigilância Sanitária (GAM) faz parte da Diretoria de Epidemiologia e Saúde Ambiental (DESA). É responsável pela execução das ações de Vigilância Sanitária no município de Londrina, sendo formada pelos setores Alimentos e Zoonoses, Produtos e Serviços de Saúde, Saúde do Trabalhador e Saneamento Básico. Conheça um pouco das atividades de cada setor.



ALIMENTOS E ZOOSE: equipe formada por médicos veterinários, enfermeiros, auxiliar de enfermagem, fiscais e auxiliar de saúde. Realiza ações de inspeções sanitárias em estabelecimentos da área de alimentos, para verificar as condições higiênico-sanitárias do local, procedimentos, produtos, manipuladores de alimentos; coletas amostras de alimentos e envia ao laboratório para verificar se os produtos estão de acordo com o Padrão de Identidade e Qualidade dos mesmos; registra alimentos no Serviço de Inspeção Municipal; investiga casos e surtos de toxinfecção alimentar em conjunto com a Gerência de Epidemiologia.

No controle de zoonoses, atua em suspeita de casos de Raiva, observando o animal agressor, dando orientações quanto a morcegos urbanos, coleta e envia amostras para análise. Leptospirose: investigação de casos humanos e animais, através de visitas domiciliares.



SANEAMENTO BÁSICO: equipe formada por auxiliares de enfermagem de agentes de saúde. Realiza inspeções sanitárias em estabelecimentos comerciais em geral, residências, ambientes externos, sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, depósitos de lixo para reciclagem; fiscaliza balneários e clubes, para verificar o controle da água; coletas água de consumo para análise laboratorial; participa de atividades de controle de vetores; atende a reclamações, relativas a lixo, esgoto, água servida e fiscaliza o comércio de produtos tipo "cola de sapateiro".



PRODUTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE: equipe formada por enfermeiros, farmacêuticos/bioquímicos, auxiliares de enfermagem, auxiliar de saneamento e agente de saúde. Realiza ações de inspeções sanitárias em estabelecimentos da área de saúde; coleta amostras de produtos (sangue, medicamentos, etc) e envia para análise; autoriza o funcionamento de empresas junto ao Ministério da Saúde; registra produtos (medicamentos, cosméticos, saneantes) no Ministério da Saúde; controla medicamentos psicotrópicos e entorpecentes através da fiscalização e conferência de balancetes e investiga reações adversas a medicamentos, cosméticos, entre outros.



SAÚDE DO TRABALHADOR: equipe formada por médicos e auxiliar de enfermagem. Realiza inspeções sanitárias em ambientes de trabalho para liberar a Licença Sanitária e adoção de medidas necessárias para prevenir fatores de risco que possam causar acidentes e doenças ocupacionais; controla a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), através do levantamento de números de acidentes atendidos nos hospitais e verificação nas empresas se foram emitidas as CATs; controla a intoxicação por chumbo em trabalhadores de fábricas e reformadoras de baterias, através da fiscalização do ambiente de trabalho e verificação dos exames periódicos e participa do Programa de Saúde do Trabalhador da CAAPSM.

Norma regionaliza a assistência à saúde

No início deste ano, mais um importante passo foi dado para organizar e consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi editada, pelo Ministério da Saúde, a Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS/01). O documento estabelece critérios para regionalizar a assistência à saúde com o objetivo de cumprir os princípios de universalidade, equidade e integralidade das ações de saúde aos usuários do SUS. Este processo somente é possível pela descentralização e municipalização induzidos pela NOB 91, NOB 93 e NOB 96, conferindo agilidade às ações das políticas de saúde locais.

O processo de regionalização está em fase de qualificação dos municípios da região, ou seja o reconhecimento de suas necessidades, da sua capacidade instalada quanto a recursos humanos, equipamentos e serviços ofertados à população local e regional, criando assim os módulos gerenciais de assistência a saúde.

Nesse contexto, Londrina, será o módulo assistencial e gerencial para as ações de média complexidade, incluindo Tamarana, Sertãozinho, Bela Vista do Paraíso, Porecatu e Alvorada do Sul. O município ainda é pólo assistencial para a população da região Norte do Paraná quanto à assistência de alta complexidade, ou seja, cirurgias cardíacas, transplantes, tra-

tamento oncológicos e tantas outras que requerem uma tecnologia mais avançada.

História

O início da década de 90 foi marcado pela criação do SUS, regulamentado pelas Leis Federais 8080 e 8142, que estabeleceram os princípios e as diretrizes do sistema de saúde brasileiro. Para a operacionalização do sistema, o Ministério da Saúde estabeleceu normas e critérios que gerenciam o financiamento das ações através das normas operacionais (NOB 91, NOB 93 e NOB 96).

No final da última década, 95% dos municípios brasileiros já estavam habilitados na forma de Gestão Simples da Atenção Básica, ou seja, o município recebe e gerencia os recursos repassados do Fundo Nacional para o Fundo Municipal de Saúde, para as ações assistenciais referentes à Atenção Básica, o chamado PAB (Plano da Atenção Básica).

Em todo o país, 5% dos municípios se habilitaram na Gestão Plena do Sistema recebendo recursos federais para administrar todas as ações de saúde, como a assistencial básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, de média e alta complexidade, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e assistência farmacêutica. Consolidava-se a descentralização dos recursos federais destinados à saúde para toda a população brasileira.